

LUIZ MARQUES



Solitário na esquerda, Augusto Carvalho (PCB) acompanha a sessão vazia da Constituinte, que...

PLENÁRIO

# Sessão vazia debate o seu esvaziamento

A sessão plenária da Assembleia Nacional Constituinte foi aberta ontem, sob a presidência do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), com apenas 10 constituintes presentes. Não houve pedido de verificação de quorum, que em nenhum momento atingiu ao menos um terço dos 94 parlamentares exigidos, embora a sessão durasse duas horas e 40 minutos.

O esvaziamento mereceu longa crítica do deputado Adyson Motta (PDS-RS), que afirmou não haver faltado a uma única sessão da Constituinte. Habitado a pedir verificação de quorum, ele ontem se recusou a repetir o gesto, alegando que não queria ser antipático nem prejudicar os poucos constituintes presentes. Na sua opinião, a apatia, a ausência e o desinteresse pelas sessões geraram uma série de deformações que comprometeram a imagem da Casa, como o voto de liderança e a figura do planista.

Adyson Motta, depois de reclamar da ausência do próprio presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, sugeriu que as lideranças reúnam as bancadas para estabelecer uma estratégia de ação capaz de evitar o esvaziamento das sessões. Adiantou que uma das medidas poderia ser um sistema de rodízio nas bancadas, de modo que os constituintes não voltassem todos para seus Estados nos fins de semana.

Mas a própria bancada do Distrito Federal, que não precisa viajar para encontrar as bases, compareceu desfalcada ontem. A exceção do deputado Augusto Carvalho (PCB), presente do início ao fim — usou o microfone duas vezes —, outros apenas passaram pelo plenário, como Vaimir Campelo, Jofran Frejat e Maria de Lourdes Abadia, do PFL, Pompeu de Souza e Francisco Carneiro do PMDB, e Maurício Corrêa, do PDT. Faltaram

o senador Meira Filho (PMDB) e os deputados também peemedebistas Geraldo Campos, Sigmaringa Seixas e Márcia Kubitschek.

**PRESEÇA NOTADA**  
Por outro lado, chamou a atenção a presença do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que esteve ausente durante todo o período de votação do Regimento Interno e ontem reapareceu para os últimos 10 minutos de sessão. E também mereceu destaque a entrada no plenário da poderosa (no Rio Grande do Norte) família Mala: o casal pedessista Lavoisier e Wilma e o sobrinho José Agripino (PFL). O trio, contudo, logo se desfez, permanecendo apenas a ex-primeira dama estadual.

O próprio presidente da Constituinte, que também preside a Câmara e o PMDB, deputado Ulysses Guimarães, não contribuiu para dar quorum à sessão. Ele entrou no plenário às 16h27min. Já no período de comunicações das lideranças, limitando sua presença a sete minutos de conversa com Bonifácio de An-

drada. Nem chegou a assumir os trabalhos.

Quando Ulysses Guimarães chegou à sessão, estavam no plenário 11 constituintes — ou seja, menos de dois por cento dos 559 eleitos em novembro passado e em 82, no caso dos senadores com mandato até 1990. No Congresso, no momento em que Bonifácio de Andrada abriu a sessão, às 14 horas em ponto, estavam 154 constituintes, segundo informações da Mesa, número suficiente para assegurar com folga o quorum de 94 parlamentares.

**MILITARES NA MIRA**

A interferência do Exército nas refinarias de petróleo e da Marinha nos portos, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, a mordida impiedosa do leão do imposto de Renda na classe média, a ameaça de recessão, a remuneração dos parlamentares e a estratégia do Itamarati para evitar um encontro do presidente Sarney com o presidente da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (Swa-

po), Sam Nujoma, foram tema dos discursos.

Mas o alvo principal foi a interferência militar em movimentos grevistas. "O militar é necessário à pátria, mas o militarismo é uma doença", destacou Agassiz Almeida (PMDB-PB), para quem "o retorno ao militarismo é uma afronta ao sentimento e aos ideais dessa Casa". O tema, abordado por diversos constituintes — Augusto Carvalho chegou a pedir a revogação da Lei de Greve, porque ela é que permitiria a convocação das tropas — só teve um orador destoante.

O deputado Mendes Ribeiro (RS), falando pela liderança do PMDB, afirmou que "a escalada militar não me assusta, porque os tempos são outros". Em seu longo pronunciamento, contudo, ele tocou no assunto apenas de passagem. Usou praticamente todos os 20 minutos reservados à liderança do PMDB para defender a remuneração dos parlamentares, procurando justificar os subsídios para transporte, moradia, correspondência, etc.

LUIZ MARQUES



...também estava deserta do lado da direita, com Jarbas Passarinho (PDS)

## Para acabar com o decreto-lei

AUGUSTO CARVALHO\*



Fica difícil apontar qual o aspecto mais aberrante do decreto-lei. Filho máximo dos regimes de repressão e arbítrio, esse diploma legal usurpa, no todo, uma prerrogativa do Poder Legislativo, nisso que dá ao Poder Executivo o direito de legislar. Mais, ainda: com prazo de 60 dias para ser examinado pelo Congresso, suas disposições seguem prevalecendo, durante todo esse tempo, ainda que venha a ser rejeitado pelo Legislativo.

E pior: sua utilização vem decorrendo de uma leitura demasiado ampla do texto constitucional, que reza no Art. 55 sua aplicação em casos de urgência ou de interesse público relevante. Basta um passar de olhos por alguns desses decretos-leis para perceber que urgência e interesse público relevante se definem por qualquer coisa. Por exemplo: um deles proibe que os empregados das estatais ganhem mais que o presidente da República; mas ninguém sabe quanto ganha o presidente da República.

E por que isso acontece? Porque o poder de legislar passa a ser entregue a um grupo muito reduzido de pessoas, a elaboração desses textos legais deixa de sofrer o escrutínio de toda uma Assembleia e acaba, afinal, ou por refletir apenas os interesses de uns poucos ou, mesmo, a colocar em cheque o poder do próprio presidente da República, como podemos demonstrar aqui. Na Exposição de Motivos nº 182, de 14.8.86, os ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura propõem a "criação da Caderneta Rural do Banco do Brasil" e isto por considerarem "que o Banco do Brasil é o principal agente financeiro do Governo Federal para a área rural". O presidente Sarney se disse de acordo com a medida. Mas o Banco Central, uns poucos dias depois (Resolução nº 1.188, de 5.9.86), institui a Caderneta de Poupança Rural, sem defini-la como de exclusividade do Banco do Brasil, exclusividade proposta por três ministros de Estado e que contou com o "de acordo" do presidente da República.

Dir-se-ia que a questão, no particular, não é de decreto-lei. Mas, essencialmente, é a mesma coisa, porque são poucas, pouquíssimas pessoas com o poder de legislar, poder de que se valem em gabinetes fechados, longe, muito longe dos controles populares, mesmo que esse controle se exerça, como de lei, por intermédio de seus representantes no Parlamento.

Essas deformações e contradições saltam à vista de qualquer um e decorrem, vale a pena insistir, de um diploma legal elaborado às escondidas e às pressas, razão por que trazem, em si, os reflexos de interesses os mais daninhos para a Nação e para o povo.

Voltamos a exemplificar. O governo Sarney, que se pretende legítimo, vem se valendo descontroladamente desses decretos-leis. E o faz sem qualquer cuidado com seus textos e definições. No dia 21.11.86, assinou um decreto-lei, o de nº 2.293, declarando, no art. 1º, que "são privativas das instituições financeiras públicas federais as operações de crédito e financiamento, em todas as modalidades, com a utilização de recursos geridos por órgãos ou entidades da Administração Federal".

Nada mais lógico: dinheiro público aplicado por empresas financeiras públicas. Pois não é que menos de um mês depois, em 18 de dezembro do ano passado, é editado outro decreto-lei, o de nº 2.307, que revoga o 2.293 e exclui a expressão "públicas federais", fazendo com que os recursos públicos possam transitar por todos os bancos do País?

Vamos ver. Diluir recursos de órgãos públicos por uma rede bancária insaciável em sua sede de lucros não pode parecer, em hipótese alguma, "interesse público relevante", nem questão de "urgência", os dois pressupostos básicos para que o decreto-lei seja utilizado pelo Poder Executivo. De resto, basta ver a numeração desses diplomas para perceber-se que, em 27 dias, isto é, de 21 de novembro até 18 de dezembro, foram editados 14 decretos-leis, do que se deduz que, excluídos os dias não úteis, tivemos "urgência" quase diariamente, uma situação estranha de que a Nação, como um todo, não tomou sequer conhecimento. E se fôssemos examinar um a um desses 14 textos legais iríamos ver, como já afirmamos aqui, que não refletem nenhum interesse público, nem relevante, nem nada.

A Assembleia Constituinte somente poderá agir com soberania se cancelar, de vez, com o Art. 55 da Constituição Federal, dispositivo que define a utilização do decreto-lei. Porque quem define o uso está, na prática, autorizando o abuso. E é de abuso a utilização do decreto-lei pelo Governo Federal. O que, é certo, ainda não liquida a questão, já que, à base de uso e abuso, estão em vigor dispositivos legais os mais aberrantes, que, com urgência, se terá de revogar. Com o que nós tocamos na questão do "entulho autoritário", de que o decreto-lei é a peça mais famosa e daninha.

\*Augusto Carvalho é deputado pelo PCB do Distrito Federal

## de A a Z

## os Constituintes

### Lúcia Vânia

Esposa do senador e ex-governador de Goiás, Irapuan Costa Júnior, defende maior participação política da mulher



Lúcia Vânia Abrão Costa, eleita pelo PMDB de Goiás, 43 anos, é jornalista, tem pós-graduação e extensão universitária em Ciências Políticas pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, possui vários cursos, a maioria sobre a mulher, o menor e a educação. Foi primeira dama do Estado de Goiás, na gestão de seu marido, o atual senador Irapuan Costa Júnior (PMDB).

Presidiu a Organização das Voluntárias de Goiânia, da qual é uma das fundadoras, além de ter ocupado a presidência de várias fundações de assistência social.

Para a deputada Lúcia Vânia, a participação da mulher nos últimos anos vem acrescentando um dado novo na dinâmica social. "Essa participação não reflete apenas o contingente numérico da população mas, também, aponta especificações decorrentes da condição feminina e da experiência histórica milenar vivida pela mulher".

A respeito da Assembleia Nacional Constituinte, Lúcia Vânia acha que ela deve elaborar uma Constituição democrática, que represente "o interesse de todos os segmentos da população, ser um espelho das grandes conquistas de nosso povo; deve assegurar o desenvolvimento da livre iniciativa; dar condições ao homem do campo de sustentar a si e à sua família; assegurar a todos os cidadãos a liberdade de culto e expressão; garantir o acesso das populações carentes à educação e à saúde; porém, antes de tudo deve assegurar a participação efetiva de nosso povo na gerência dos negócios e interesses da Nação.

A deputada — que se destaca por sua elegância em plenário — defende uma mudança no perfil agrário da maioria dos Estados: "A reforma precisa deixar de ser uma disputa ideológica, para ser um instrumento de promoção do desenvolvimento da justiça social em nosso País".

### Iram Saraiva

Integrante da ala progressista do PMDB, foi um crítico violento da ditadura militar. Duas vezes deputado, é senador



Senador mais votado da história política de Goiás, Iram Saraiva, 43 anos, defende quatro propostas como base para a ação governamental de recuperação do Brasil: as reformas agrária, tributária, urbana e a moratória da dívida externa até a superação da crise econômica. "Ou então — acrescenta — será o desastre nacional".

Nascido em Goiânia, foi militante estudantil e começou a política partidária elegendo-se vereador em sua cidade. Foi deputado estadual numa legislatura, deputado federal por oito anos e senador eleito em novembro passado.

Filho de família humilde (seu pai era alfaiate), trabalhou e estudou até se formar em Direito e História. E professor de Direito de Processo Penal na Faculdade Anhangueira, de Goiânia, função que vem acumulando com o desempenho do mandato parlamentar.

Como deputado federal, Iram Saraiva se posicionou entre os autênticos do PMDB, com uma pregação radical contra a ditadura militar. Fez discursos violentos contra os generais Geisel e Figueiredo, denunciou o caráter negativo da aproximação entre o ex-presidente Figueiredo e os seus congêneres argentinos, Jorge Videla, e do Chile, Augusto Pinochet. Nesse tempo, era membro atuante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Na campanha eleitoral do ano passado, percorreu todo o Estado, apesar de obrigado a utilizar cadeira de rodas, desde um acidente automobilístico que o imobilizou, numa viagem entre Brasília e Goiânia em agosto de 1979. Casado, pai de três filhos, é um dos mais brilhantes parlamentares da bancada goiana do PMDB e forte, fortíssimo candidato à sucessão do governador Henrique Santillo, nas eleições de 1990.

## Só o PMDB não escolheu líder na Constituinte

Até agora, o PMDB é o único partido que ainda não escolheu e indicou oficialmente o seu líder na Constituinte. O líder na Câmara, Luiz Henrique (Santa Catarina) e o senador Mário Covas (São Paulo) vão disputar a indicação na próxima quarta-feira. Como a eleição será feita entre deputados e senadores, admite-se que Luiz Henrique tem melhores chances, levando-se em conta o número de votos que recebeu no mês passado ao ser escolhido para liderar a bancada na Câmara. Os outros líderes, já confirmados, são os seguintes:

- Partido Democrático Trabalhista (PDT) - deputado Brandão Monteiro;
- Partido dos Trabalhadores (PT) - deputado Luiz Inácio Lula da Silva;
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - deputado Gastone Right;
- Partido Liberal (PL) - deputado Adolfo de Oliveira;
- Partido Comunista do Brasil (PC do B) - deputado Haroldo Lima;
- Partido Comunista Brasileiro (PCB) - deputado Roberto Freire;
- Partido Democrata Cristão (PDC) - senador Mauro Borges;
- Partido Socialista Brasileiro (PSB) - senador Jamil Haddad;
- Partido Municipalista Brasileiro (PMDB) - senador Antônio Farias.

## Cristãos já preparam lobby

"A grande oportunidade de higienizar o Brasil é esta, quando a Assembleia Nacional Constituinte vive o momento em que o povo pede o fim de todas as irregularidades, que comprometem as atividades do País a nível de Estado".

Esta declaração é do presidente da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE), José Antônio Cella. Ele permaneceu em Brasília durante esta semana, onde manteve contatos com mais de 50 constituintes

cristãos, independente de siglas partidárias, que apoiarão a iniciativa da ADCE.

José Cella entende que a elaboração de uma nova Constituição deve ser amplamente participativa e com a aplicação dos princípios sociais-cristãos na ordem econômico-social. Sua conclusão é a seguinte: "A participação da empresa moderna no atual momento é fundamental, buscando uma maneira positiva para que a economia se volte para o bem-estar social".